

EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º553/2023

Objeto: Contratação de empresa especializada através de empreitada global para construção de tabela de basquete e a reforma da tabela atual para o Ginásio Municipal, conforme requisição ao compras n.º 783/2023.

Contratante: Poder Executivo Municipal de Cruz Alta/RS.

Contratada: Metal Agroaço Construções LTDA. CNPJ N.º 37.755.490/0001-46.

Prazo de entrega: Imediato.

Valor total: R\$39.682,00 (trinta e nove mil, seiscentos e oitenta e dois reais)

Dotação Orçamentária: COD. RED: 965. ÓRGÃO:8. UNIDADE: 4. AÇÃO: 2074. VÍNCULO:500001. SUBELEMENTO: 344905199000000000000000 - .

Fundamento Legal: Art. 75, inciso II, da Lei n.º 14.133/21.

Fundamento	Fático-Jurídico	-	PARECER	Nº
1645/PROJUR/ADM-COMPRAS/2023 per relationem: “				

1. FATOS

Trata-se de requisitório da Secretaria Municipal de Cidadania, objetivando a contratação de empresa especializada através de empreitada global para construção de tabela de basquete e a reforma da tabela atual para o Ginásio Municipal, conforme justificativas e documentos anexos.

São os fatos. Passo a analisar.

2 .ANÁLISE JURÍDICA

Considerando a disponibilidade orçamentária e financeira no subelemento geral, bem como anexaram-se, ao menos, três orçamentos, os quais compõem

corretamente a pesquisa mercadológica, dando conta da possibilidade de submeter a solicitação em tela ao rito abreviado de compras.

Nesse caminho, é importante sublinhar que as compras operadas por dispensa de licitação em razão do valor deverão seguir o determinado pelo art. 75, inciso II, da Lei n.º 14.133/2021, *in verbis*:

Art. 75. É dispensável a licitação:

I - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), no caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores;

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;

Com efeito, o Decreto N.º 11.317, de 29 de dezembro de 2022, atualizou os referidos valores, estabelecidos na tabela¹:

Inciso I do caput do art. 75 R\$ 114.416,65 (cento e quatorze mil quatrocentos e dezesseis reais e sessenta e cinco centavos);

Inciso II do caput do art. 75 R\$ 57.208,33 (cinquenta e sete mil duzentos e oito reais e trinta e três centavos).

Ademais, a nova lei de licitações ressalta a necessidade de observância acerca dos limites de contratação para o mesmo objeto, conforme §1º, incisos I e II, daquele mesmo dispositivo legal:

Art. 75. É dispensável a licitação:

[...]

§ 1º Para fins de aferição dos valores que atendam aos limites referidos nos incisos I e II do **caput** deste artigo, deverão ser observados:

I - o somatório do que for despendido no exercício financeiro pela respectiva unidade gestora;

II - o somatório da despesa realizada com objetos de mesma natureza, entendidos como tais aqueles relativos a contratações no mesmo ramo de atividade.

¹ https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/Decreto/D11317.htm#art3

Não bastante, há o dever, igualmente, de se atentar à devida publicidade anterior à contratação de dispensa por valor, para que eventual terceiro interessado possa manifestar interesse em orçamentação adicional às já colhidas pelo ente público, com prazo de ancoragem de **3 (três) dias úteis**, em sítio oficial, como prazo de ancoragem, senão vejamos:

Art. 75. É dispensável a licitação:

[...]

§ 3º As contratações de que tratam os incisos I e II do **caput** deste artigo serão preferencialmente precedidas de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa.

Ainda, conforme art. 72, § único, e artigo 174, inciso I, haverá a obrigatoriedade de publicação do ato que autoriza a contratação direta, ou o extrato decorrente do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), consoante o que segue:

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

[...]

Art. 174. É criado o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), sítio eletrônico oficial destinado à:

I - divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos por esta Lei;

Nesse caminho, identifica-se como possível a aquisição direta em razão do valor quando se tratarem de compras com valor inferior a R\$ 57.208,33 (cinquenta e sete mil duzentos e oito reais e trinta e três centavos) para outros bens e serviços comuns ou, caso ultrapassassem esse montante em razão de eventual compra emergencial, caracterizam-se por ser de entrega imediata e integral, sem incidência de obrigações futuras (quando de serviços de assistência técnica e outros similares).

Sendo assim, visto que o valor total do item é de R\$39.682,00 (trinta e nove mil, seiscentos e oitenta e dois reais) entende-se que o valor da presente dispensa de licitação encontra-se dentro do limite estabelecido na Lei 14.133/21.

Outrossim, não dispendioso orientar que as requisições deverão possuir saldo junto ao subelemento orçamentário; não configurarem sobreposição de aquisição; bem como estarem acompanhadas de pesquisa mercadológica adequada, com, no mínimo, três orçamentos juntados, conforme art. 8º da Portaria TCU n.º 318/2008², recomendando-se que sejam realizadas buscas, inclusive, junto ao Licitacão Cidadão do TCE/RS.

3. DA CONCLUSÃO

Diante do exposto, tecidas as considerações de fato e de direito, **RECOMENDO** a aquisição via dispensa de licitação em razão do valor, fulcro no art. 75, inciso II, da Lei n.º 14.133/21.

PAULA RUBIN FACCO LIBRELOTTO
PREFEITA MUNICIPAL

²Portaria-TCU n.º 318/2008 - Art. 8º Sempre que possível, a estimativa de preços dos materiais será obtida a partir da extração de dados do SIASG, por meio de consulta eletrônica às licitações dos últimos 12 meses, para obtenção da mediana, após a devida exclusão dos valores discrepantes (outliers). Parágrafo único. As estimativas de preço baseadas em orçamentos apresentados por potenciais fornecedores deverão, salvo motivo justificado, ser obtidas pela média de no mínimo três cotações de preço para cada item, desprezados os valores que não correspondem exatamente à especificação dos materiais e os valores discrepantes do conjunto de dados.

Este edital foi devidamente examinado e aprovado pela assessoria jurídica do Poder Executivo de Cruz Alta/RS.



MUNICIPIO DE CRUZ ALTA
Assinado eletronicamente por:
**KELLY ANDRESSA DOS
SANTOS BONALDI**
Produtora Jurídica

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

Procuradora Jurídica Responsável: _____

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 19/10/2023 09:54 - 03:00 - 03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.atende.net/pe653127001ba0c>
POR KELLY ANDRESSA DOS SANTOS BONALDI - (046.255.840-19) EM 19/10/2023 09:54



MUNICIPIO DE CRUZ ALTA
Assinado eletronicamente por:
**PAULA RUBIN FACCO
LIBRELOTTO**
PREFEITA MUNICIPAL

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.